

**FRENTES DE EXPANSÃO NA AMAZÔNIA:
UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICO-HISTÓRICA***

Brian John Godfrey**

A Amazônia brasileira possui uma das últimas fronteiras de povoamento no mundo. Esta fronteira se caracteriza por zonas de crescimento demográfico rápido, as quais se incorporam ao mercado nacional e internacional através de frentes de expansão, trazendo migrantes e capitais para explorar os recursos naturais, com incentivos fiscais fornecidos pelo Estado brasileiro.¹ Geralmente estas fronteiras, como outras no passado,

***Geosul**, Revista do Depto. de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989 (em publicação). Este texto é baseado numa palestra oferecida pelo autor a 24 de novembro de 1988 na UFSC. Na preparação desta versão escrita, o autor agradece os comentários estilísticos do Prof. Dr. Irwin Stern da Columbia University, New York; de Marília Andrade da Editora Joruês, São Paulo; e da Comissão Editorial de **Geosul**.

**Assistant Professor of Geography, Vassar College, Poughkeepsie, New York, 12601, United States. Prof. Dr. Godfrey foi bolsista da Fundação Fulbright no Brasil durante 1988 para oferecer uma disciplina, "Estrutura Interna da Cidade", no programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

em regiões distintas, passam por períodos sucessivos de crescimento explosivo, estagnação e declínio. Na Amazônia contemporânea, porém, este processo histórico de mudança é extremamente rápido: se no Paraná o ciclo da fronteira durou quase um século,  provável que dure apenas uma geração na Amazônia. Como conseqüência, a região amazônica tem sofrido marcadas mudanças sociais e ambientais nos últimos anos.²

O desmatamento da floresta amazônica continua num ritmo muito acelerado, pois muitos cientistas acham que ela praticamente desaparecerá dentro duma geração.³ Também, o conflito intenso entre grupos sociais - populações indígenas, migrantes, grandes empresas, latifundiários, garimpeiros, e outros - resulta numa violência rural freqüente na Amazônia, principalmente em conflitos de terra. E apesar dos investimentos imensos em projetos rurais - como a rodovia Transamazônica, projetos agropecuários, madeireiros, mineração - a região se torna cada vez mais urbana, assim repetindo muitos aspectos da dinâmica sócio-econmica das metrópoles brasileiras. Mas esta urbanização da fronteira amazônica está acontecendo dentro de um contexto de migração rural. Existe uma migração maciça de pequenos agricultores e trabalhadores rurais para a Amazônia, especialmente para o sul do Pará, Mato Grosso do Norte, Rondônia e Acre, onde a luta pela terra é mais intensa.⁴

Alguns dados recentes comprovam esta urbanização rápida da fronteira amazônica. Em 1980, 52% da população dos seis estados e territórios da Amazônica brasileira (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) foi classificada como urbana. Esta taxa de urbanização da Amazônia ainda era menor que a taxa do país como um todo em 1980, quando 67% da população brasileira era urbana, mas o crescimento amazônico seguia um ritmo muito maior - entre 1960 e 1980, enquanto a população urbana do Brasil crescia a um ritmo anual de 7,85%, a da Amazônia crescia 10,85% ao ano, como indica o Quadro 1:

QUADRO 1

Taxas de crescimento demográfico no Brasil e na Amazônia brasileira, 1960-1980			
	1960	1980	Média anual
Brasil	70.070.000	119.002.000	3,49%
Rural	38.767.000	38.566.000	-0,03%
Urbano	31.303.000	80.436.000	7,85%
Amazônia	2.562.000	5.880.000	6,47%
Rural	1.604.000	2.843.000	3,86%
Urbano	958.000	3.037.000	10,85%

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1983.

Dado este quadro de crescimento demográfico intenso, além da mudança ecológica e conflito social, costuma-se dizer que a Amazônia sofre uma ocupação desordenada; a implicação é que só um planejamento mais técnico pudesse salvar a região. É claro que a violência social e o desperdício ambiental são lamentáveis e aparentemente trazem consigo muita confusão. Mas num plano mais profundo, pode-se ver uma lógica atrás das aparências: é a expansão das forças do mercado capitalista na Amazônia, incentivada pelo Estado. Esta idéia em si mesma não é original. Vários autores, brasileiros e estrangeiros, a têm afirmado.⁵ Aqui nós queremos contribuir com um modelo geográfico-histórico que explica a seqüência de mudança regional de uma forma mais compreensível; também, para ilustrar o modelo, apresentaremos um estudo de caso no Sul do Pará.

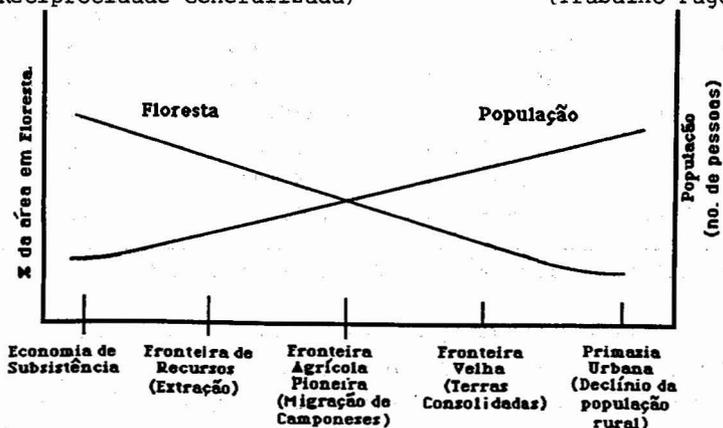
Um Modelo Dinâmico da Fronteira Amazônica

O desenvolvimento dependente da Amazônica se reflete na mudança histórica da paisagem regional. O meio ambiente amazônico se modifica de acordo com seu grau de incorporação ao mercado capitalista; na época moderna, desenvolve-se esta expansão econômica regional com o apoio do Estado, que fornece incentivos fiscais, infraestrutura de transporte e comunicações, e projetos dirigidos de colonização, etc. O Quadro 2 mostra uma seqüência histórica abrangente das fronteiras amazônicas:

A transição urbana na fronteira Amazônica

Relações
Precapitalistas
(Reciprocidade Generalizada)

Relações
Capitalistas
(Trabalho Pago)



OBS.: A representação de população e floresta implica apenas uma correlação, não uma causalidade demográfica.

É claro que esta seqüência tem muitas variações, porque a história geográfica de uma área dependerá de condições locais. Numa escala regional, porém, há uma tendência a seguir uma seqüência histórico-geográfica com a predominância das seguintes formações sociais: a economia de subsistência; a fronteira de recursos extrativos; a fronteira de agricultura pioneira, marcada pela migração de camponeses; a fronteira velha, onde se nota uma concentração de propriedades e investimentos; e finalmente, a primazia urbana e a "despopulação" rural. Através desta seqüência, a população regional cresce e a presença de floresta diminui. Mas é importante notar que o crescimento demográfico não é exatamente a causa do desmatamento; isto depende mais da tendência de usar o solo em grandes projetos agropecuários. A seguir há uma breve descrição das fases típicas de integração ao mercado capitalista:

- 1) **A Economia de Subsistência:** grupos de indígenas nativos mantêm uma economia "natural", estável e fechada, basi-

camente, em equilíbrio com o meio ambiente local. A caça, a pesca, e a agricultura mantêm uma escala reduzida, de forma que a floresta tropical se regenera sem dano permanente. A forma dominante de povoamento nesta formação precapitalista é a aldeia tradicional. Infelizmente, estes grupos indígenas são os primeiros a serem expulsos de suas terras com a expansão da fronteira; suas terras são expropriadas e eles estão colocados em reservas restritas, empurrados para áreas mais distantes nas florestas tropicais, ou simplesmente oprimidos pelos grupos invasores.

- 2) **A Extração de Recursos Naturais:** o descobrimento de recursos naturais na região - como madeira, minério, e seringueira - estimula a penetração de indústrias extrativas. Estas empresas empregam a população nativa e migrante para extrair os recursos num processo primitivo, intensivo em trabalho manual de apropriação; se os recursos têm muito valor, grandes empresas poderão entrar logo, e com o apoio do Estado, passarão a capitalizar o processo extrativo. Esta fronteira de recursos extrativos pode durar muito tempo - até gerações - com uma série de ciclos de exploração de produtos de valor, dependendo das condições ambientais e da situação do mercado para matérias primas. Durante os períodos de declínio, a população tende a diminuir e se concentrar nos núcleos urbanos criados como pontos de transporte e comércio durante os períodos de expansão. A infraestrutura de transportes e comunicações - facilidades de transporte fluvial, estradas de penetração, pistas aéreas - atrai agricultores e fazendeiros para a região.
- 3) **Agricultura Pioneira:** a migração de camponeses, que utilizam o trabalho familiar para desmatar a floresta e desenvolver uma agricultura, orientada tanto para o consumo doméstico como ao mercado, significa um crescimento demográfico notável. Às vezes as estradas e comunicações são melhoradas ainda mais, permitindo o transporte de produtos agrícolas aos mercados locais e re-

gionais. Mas, mesmo assim, geralmente surge uma série de problemas na frente de agricultura pioneira - isolamento, falta de apoio técnico e financeiro, e conflitos de terra, etc. - todos os quais acabam forjando uma fronteira de propriedades grandes. A curto prazo, a população cresce, e uma reserva de lavradores sem terra se acumula nos povoados locais; a longo prazo, o crescimento contínuo da população depende das condições de absorção deste exército de reserva em outras atividades econômicas, como indústria e comércio.

- 4) **A Fronteira Velha:** a consolidação do mercado capitalista, notada por uma concentração de propriedades e investimentos nas mãos de fazendeiros e empresas, muitas vezes sediadas fora da região, é acompanhada por um declínio do pequeno agricultor. Os grandes projetos agropecuários são implantados e a floresta é cortada, criando uma nova migração de camponeses e migrantes sem terra em direção às novas fronteiras, ou para os povoados em expansão.
- 5) **Primazia Urbana e Despopulação Rural:** as florestas locais já estão derrubadas, e a maior parte dos recursos é extraída; as terras se consolidam em grandes propriedades e a população rural entra em declínio. Os povoados locais com mais sucesso, favorecidos por vantagens de localização, transporte, e comércio, evoluem para constituir centros urbanos estáveis. Os menos favorecidos diminuem, ou até desaparecem. Forma-se uma hierarquia urbana assimétrica, com a dominação das metrópoles nacionais (como São Paulo e Rio de Janeiro) e regionais (como Belém e Manaus) nas frentes de expansão recentes.⁶

Este processo histórico mostra uma lógica clara, apesar da desordem social óbvia na ocupação da Amazônia. A concentração de uma população camponesa flutuante, gradualmente convertida em trabalhadores empregados, explica porque as "cidades rurais" ou "cidades de camponeses" estão formando-se na região. Os povoados servem de pontos de acumulação da força de trabalho, a qual desenvolve atividades extrativistas, o desmatamento da

floresta, e a implantação de projetos agropecuários. Nestes setores, há uma demanda inicial muito alta para trabalho. Mas esta procura cai após alguns anos, obrigando os trabalhadores a migrar para outras frentes de expansão. Um numeroso proletariado tende a se mover entre os diferentes setores de produção, povoando os centros urbanos no interior da Amazônia.

Apesar de extensivos investimentos visando a ocupação dos vastos espaços na Amazônia, o programa para fixar a população na terra não tem tido tanto êxito, precisamente porque se favorecem os grandes projetos em detrimento dos esforços locais de pequenos agricultores. Os migrantes rurais servem de um "exército camponês de reserva", facilitando processos extrativos baratos na periferia e acumulação de riquezas nos grandes centros econômicos. E a rapidez deste processo de ocupação é notável: as frentes de expansão na Amazônia atual geralmente passam por esta seqüência em um período de décadas; uma fronteira nova logo é ultrapassada. Esta tendência atual se observa no caso do sul do Pará.

Evolução Geográfico-Histórica do Sul do Pará

Os esforços para explorar e ocupar o interior da Amazônia começaram na época colonial, mas a incorporação efetiva da região à economia mundial só data do século passado. Durante o ciclo extrativo da borracha, estabeleceram-se à beira dos rios populações de migrantes brasileiros, principalmente do Nordeste, deslocando os grupos indígenas. No sul do Pará, a expansão e retração dos ciclos extrativos da borracha, castanha do Pará, minérios e outros recursos naturais determinaram a evolução geográfica de povoados como Marabá, São Félix do Xingu, e Conceição do Araguaia até a Segunda Guerra Mundial, quando o setor agropecuário começou a se desenvolver.⁷

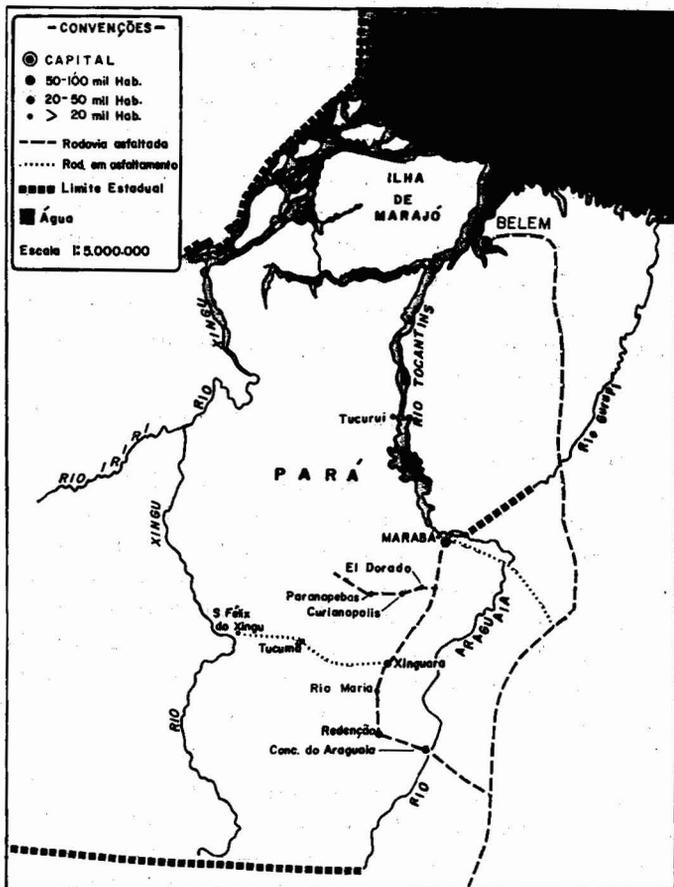
A partir dos anos 70, com a construção das estradas de penetração como a Transamazônica, os fluxos migratórios na região aumentaram consideravelmente, particularmente no sul do Pará, onde o Polo Carajás oferecia minérios, madeira, e terras para agricultura e pecuária. Os municípios de Marabá, Conceição

do Araguaia e São Félix do Xingu, antigamente isolados, transformaram-se com o rápido aumento da população ao longo das estradas e o conflito social que surgiu entre posseiros, índios, e fazendeiros. Um caso ilustrativo desta transformação é a cidade de Xinguara, que surgiu em 1975 no entroncamento das estradas de Marabá para Conceição do Araguaia, a PA-150, e São Félix do Xingu, a PA-279. Indica-se esta área no Quadro 3.

A evolução da paisagem ao redor de Xinguara mostra a sequência geográfico-histórica indicada no Quadro 2, embora com algumas características específicas, devido às condições locais. Inicialmente chamado "Entroncamento do Xingu", o novo povoado cresceu rapidamente e atingiu uma população de aproximadamente 8.000 em 1978, menos de dois anos depois de surgir como centro duma verdadeira "corrida pela terra". O governo do estado do Pará anunciou um programa de colonização na região, que atraiu uma grande população camponesa em busca de terras. Em menos de quinze dias em novembro de 1976, o governo do estado do Pará recebeu mais de 1.500 pedidos de terra de chefes de família. Antes de começar o programa, porém, a região caiu sob a jurisdição federal, por causa de uma projetada estrada. Depois disto, somente uma pequena parte da população camponesa conseguiu terra para cultivar; a maior parte trabalhou em outros setores da economia local.⁸

A madeira foi o "motor" que dirigiu a economia local inicialmente. Em 1978, havia 10 serrarias em Xinguara, dedicadas exclusivamente à exploração do mogno, empregando diretamente um total médio de 320 pessoas, sem contar as numerosas pessoas trabalhando independentemente na extração de madeira na floresta. A produção mensal do mogno serrado atingiu uma média de 4.375 metros cúbicos nas dez serrarias de Xinguara, sem contar a madeira "em tora" (não serrada) exportada diretamente da região. Mas com a eliminação do mogno das áreas locais, as "serrarias volantes" desapareciam de Xinguara, geralmente mudando-se mais para o interior.⁹

Uma década após o surgimento do povoado de Xinguara, o mogno local já tinha sido quase todo extraído e as serrarias existentes dependiam muito mais de madeira da região de São Félix do Xingu. Em 1988, restavam apenas três serrarias em Xin-



guara, mas duas delas produziam madeira laminada ou compensada; e a força de trabalho empregada diretamente nas três serrarias tinha aumentado para uma média de 600 trabalhadores. A produção mensal de madeira em 1988 variava entre 1.550 e 1.900 metros cúbicos de madeira serrada, e quase 2.000 metros cúbicos de madeira compensada ou laminada. Isto indica que a produção de madeira em Xinguara continuava como atividade importante na economia local, embora a madeira vinha de longe e o processo de produção era mais industrializado. Até mais trabalhadores de Xinguara se encontravam empregados no setor de madeira, e duas das serrarias restantes eram organizadas como "company towns", com áreas fechadas para a residência dos empregados.

Além do aumento da força de trabalho em madeira, mais importante é o aumento no setor de serviços urbanos. Atualmente, Xinguara conta com mais de quatrocentos estabelecimentos comerciais, como hotéis, restaurantes, lojas, oficinas mecânicas, bancos, etc. Já se nota o começo de primazia urbana, pois Xinguara superou povoados vizinhos mais antigos como Rio Maria, e serve como centro comercial local.¹⁰

Na área ao redor de Xinguara, muitas terras foram desmatadas e consolidadas durante os últimos anos. Dos 47.000 quilômetros quadrados na região, foram desmatados só 300 em 1972 (0.63% da área); 1.700 km² em 1977 (3.6%); e 8.200 km² em 1985 (17.4%). As áreas de devastação se concentram próximas aos povoados e ao longo das estradas.¹¹ Também, os títulos de terra se encontram principalmente nas mãos de latifundiários e empresas rurais: 39% dos títulos dominam 85% da terra total; os minifúndios, que constituem 61% das propriedades no município, controlam apenas 15% da terra. Estas tendências se observam no Quadro 4.

Xinguara continua como um município violento em questões de terra. Documentos da Comissão Pastoral de Terra indicam que mais de 15.000 agricultores se encontram sem terra no município; em 1986, 32 áreas estavam em conflito, principalmente em lutas entre fazendeiros e camponeses, afetando 1.200 famílias. Esta desapropriação do campesinato contribui para o crescimento da população nos povoados da região.

QUADRO 4

Imóveis Rurais, Xinguara, 1986

	No. imóveis		Área		
	#	%	Ha. total	%	Ha. Média
Minifúndios	1.491	61	94.954	15	63 ha.
Empresas Rurais	124	5	173.889	28	1.402
Latifúndios	830	34	350.853	57	421
Total	2.445	100	619.696	100	253

FONTE: INCRA, Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1986.

Xinguara foi emancipado de Conceição do Araguaia e convertido em município em 1982, com uma área ao redor de 11.344 km². A população total do município foi estimada em 105.619 em 1985, quase um terço urbano. A população da sede municipal foi estimada em 20.000.¹² A população urbana desfruta de uma estrada pavimentada para Marabá e Conceição do Araguaia, além da eletricidade da represa de Tucuruí. Além disso, já se notam bairros nobres em Xinguara, com casas luxuosas, quase mansões, indicando uma estratificação social na fronteira. Na década passada, Xinguara passou de uma fronteira de recursos extrativos à uma fronteira velha.

Conclusões: Cidades de Camponeses?

Na economia política de expansão capitalista na Amazônia, novos povoados surgem na fronteira a medida que o setor pre-capitalista se converte numa força de trabalho pago, servindo para facilitar a exploração barata dos recursos naturais. Este processo exhibe a resistência social do campesinato, que luta pela autonomia social frente às grandes fazendas e às empresas rurais. Mas, ao final, a terra geralmente fica concentrada em mãos de grandes proprietários, dado a política agrária predominante na região. A população rural se encontra nos povoados como um novo proletariado na fronteira. O futuro destes povoados, porém, depende de suas vantagens geográficas relativas den-

tro da nova rede urbana em formação na região. Apesar da aparente descentralização urbana na Amazônia, a fronteira mostra indícios de um novo tipo de primazia urbana. A longo prazo, se reproduz na fronteira amazônica o desenvolvimento desigual que caracteriza a urbanização em outras regiões.

Referências

1. Bertha K. Becker. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; General Meira Mattos. **Uma geopolítica pan-amazônica**, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980; e Arthur Cêzar Ferreira Reis. **A Amazônia e a cobiça internacional**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
2. Nigel Smith. **Rainforest corridors**. Berkeley: University of California Press, 1982; Marianne Schminck and Charles H. Wood (eds.) **Frontier expansion in Amazonia**, Gainesville, Florida: University of Florida Press, 1984; Emílio F. Moran. **Developing the Amazon**, Indiana University Press, 1981; Henrique Rattner e Olivier Udry. **Colonização na fronteira amazônica: Expansão e conflitos**. São Paulo: IPE-USP, 1987; e José Marcelino Monteiro da Costa (coord.), **Os grandes projetos na Amazônia: Impactos e perspectivas**. Belém: Cadernos NAEA 9, Universidade Federal do Pará, 1987.
3. William Denevan. "Development and the Imminent Demise of the Amazon Rain Forest". **The Professional Geographer**, Vol. XXV, Nº 2 (May 1973):130-135; and Philip M. Fearnside, "Spatial Concentration of Deforestation in the Brazilian Amazon", **Ambio**, Vol. 15, Nº 2:74-81.
4. Neide Esterci. **Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis, Vozes, 1987; e Ricardo Rezende Figueira. **A justiça do lobo: Posseiros e padres do Araguaia**, Petrópolis, Vozes, 1986.

5. Fernando H. Cardoso e Geraldo Müller. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. Brasiliense, 1978; Stephen Bunker. **Underdeveloping the Amazon: Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state**. Illinois University Press, 1985; e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas, Papirus Editora, 1987.
6. Historicamente, a rede urbana na Amazônia era assimétrica e "dendrítica", dependente das forças externas, como nota Roberto Lobato Correa, "A periodização da rede urbana da Amazônia", **Revista Brasileira de Geografia**, Vol. 49, nº 3 (jul./set. 1987), p.39-68.
7. Para um estudo detalhado deste período no sul do Pará, veja Otávio Guilherme Velho, **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
8. Brian J. Godfrey, "Xingu Junction: Rural Migration and Land Conflict in the Brazilian Amazon", **Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies**, Vol. 9, 1982, pp.71-81.
9. Brian J. Godfrey. **Road to the Xingu: Frontier Settlement in Southern Pará, Brazil**, master's thesis, University of California, Berkeley, 1979, 242p.
10. Brian J. Godfrey. "Frontier Settlement and the Emerging Urban Hierarchy of Eastern Amazônia", paper presented at the Annual Meeting of the Association of American Geographers, Baltimore, Maryland, March 21, 1989.
11. João Batista de Freitas. "Queimadas devastam 27 mil quilômetros quadrados por ano na Amazônia", **Jornal do Brasil**, 3 de março de 1986, p.28.
12. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, **Informações políticas e sócio-econômicas dos municípios paraenses**. Belém, 1987.